

ROBERTO KANT DE LIMA,  
LUCÍA EILBAUM  
E LENIN PIRES (ORGS.)

**BUROCRACIAS, DIREITOS E CONFLITOS**  
PESQUISAS COMPARADAS EM  
ANTROPOLOGIA DO DIREITO

Garamond  
UNIVERSITÁRIA



Roberto Kant de Lima, Lucía Eilbaum  
e Lenin Pires (orgs.)

**Burocracias, direitos e conflitos**  
Pesquisas comparadas em Antropologia do Direito

Garamond

Copyright © dos autores, 2011

Direitos reservados para esta edição

*Editora Garamond Ltda*

Rua da Estrela, 79 - Rio Comprido - RJ

20251-021 – Rio de Janeiro, Brasil

Tel/fax: (21) 2504-9211

www.garamond.com.br

editora@garamond.com.br

*Revisão:* Carmem Cacciacarro

*Projeto visual, capa e editoração:* Anderson Leal / Estúdio Garamond

Fotografia da capa de Shawn Allen, disponível em

<http://www.flickr.com/photos/shazbot/32740691/> sob

licença "Atribuição" da Creative Commons

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B977

Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito / Roberto Kant de Lima, Lucía Eilbaum e Lenin Pires (orgs.). - Rio de Janeiro : Garamond, 2011.

338p. : 21 cm (Direitos, conflitos e segurança pública)

ISBN 978-85-7617-217-8

I. Direito e antropologia. 2. Etnologia do direito. I. Lima, Roberto Kant de. II. Eilbaum, Lucía. III. Lenin Pires. IV. Série

11-3774.

CDU: 34

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SU

Apresentação

*Roberto Kant de Lima, Lenin*

Antropologia política e jurídica  
e intervenção pública em pers  
*Sofia Tiscornia, 15*

Campo estatal de administração  
a prática de pesquisa para a co  
*Jacqueline Sinhoretto, 25*

“Qual é a regra da igualdade?”  
contrastiva sobre as demandas  
no espaço público brasileiro e  
*Fabio Reis Mota, 43*

Territórios sociais e morais de  
Um caso sobre usos do espaço  
e direitos em Buenos Aires  
*María Victoria Pita, 71*

Sentidos e tensões de um *acon*  
a apropriação criminal de *cria*  
*Carla Villalta, 95*

Da invisibilidade à visibilidade  
O caso dos professores do ensi  
público no Estado Novo e na d  
*José Manuel Resende, 119*



apropiación criminal de  
*American & Caribbean*

configurado no espaço da  
p. 111-138.

Una perspectiva jurídica.  
*psicoanálisis. restitución,*  
Abuelas de Plaza de Mayo,

## Da invisibilidade à visibilidade dos públicos: o caso dos professores do ensino secundário público no Estado Novo e na democracia<sup>1</sup>

*José Manuel Resende<sup>2</sup>*

### Diferentes olhares sobre o público: a ação na história na estruturação de públicos gerados por controvérsias profissionais – o caso dos professores

A reflexão sociológica apresentada na mesa redonda “Diferentes olhares sobre o público: os processos de constituição dos espaços públicos coletivos numa perspectiva comparada” tem o propósito de demonstrar a importância da ação na história da constituição dos públicos (Dodier, 2003; Cefai e Pasquier, 2003; Quéré, 2003). Seguindo de perto os atores – os professores do ensino secundário em Portugal – que buscam da parte das autoridades estatais, e de

1. O texto aqui apresentado baseia-se em dois trabalhos de investigação desenvolvidos pelo autor. O primeiro trabalho decorre de uma pesquisa realizada entre 1997 e 2001. É discutido em setembro de 2001, nas provas de doutoramento defendidas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O referido estudo é publicado em 2003 com o seguinte título: *O engrandecimento de uma profissão: os professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*. O segundo trabalho resulta de uma investigação conduzida pelo autor, com a colaboração de Bruno Dionísio e Pedro Caetano, em quatro escolas secundárias portuguesas, localizadas em diferentes regiões do País e com uma população discente social e culturalmente contrastante. O objetivo desta investigação prende-se com os atuais processos de qualificação realizado pelos professores do 12º ano naquilo que as políticas educativas portuguesas denominam como *a Educação para a Cidadania*. As reflexões sociológicas contidas neste trabalho servem de base para o autor apresentar a sua lição nas Provas de Agregação realizadas em dezembro de 2007. Este trabalho é publicado em 2009 com o título: *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Edições Piaget.

2. Sociólogo, professor auxiliar com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É membro efetivo das unidades de investigação do CesNova (FCSH/UNL) e do Observatório Permanente de Escolas do Laboratório Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pesquisador do INCT-InEAC.

outros coletivos, o reconhecimento público, é possível mostrar quais as controvérsias, geradas ao longo das suas trajetórias e da história desta profissão, que mais contribuem para colocar em questão os estados de *Grande* (Boltanski, Thévenot, 1991) que estes consideram como injustos.

Indo ao encontro das propriedades constitutivas do modelo do justo construído por Boltanski e Thévenot, os professores demandam, ao longo da sua história, em Portugal, o reconhecimento da sua profissão em torno de quatro estados de grandeza que consideram como indispensáveis para o reconhecimento do engrandecimento da sua profissão (Resende, 2003, 2009). Os distintos cenários que são constitutivos dos regimes de ação em que se envolvem com outras figuras dão-lhes a oportunidade de acumular um conjunto diversificado de experiências que lhes fornecem dispositivos importantes para serem reconhecidos como atores capazes de fazer prova das suas competências profissionais. E é no confronto com determinadas figuras com quem agem com frequente conexão entre si – alunos, pais, colegas de trabalho, técnicos, políticos, programadores dos media, jornalistas e comentadores da vida pública – que os docentes dão prova pública dos estados de grandeza doméstica, inspirada, industrial e cívica.

Por razões de ordem política e constitucional, nem sempre os professores conseguem fazer prova pública das suas competências em relação à justeza dos seus pontos de vista. Contudo, a (in)visibilidade dessas competências não lhes retira essa capacitação crítica. Estas se manifestam em arenas públicas – as escolas –, mas os seus conteúdos são, ou não, publicitados ou a sua publicitação faz-se num circuito não completamente aberto. São, no entanto, as querelas profissionais que lhes fornecem os elementos para a identificação dos aspectos injustos na forma como são tratados, considerados e reconhecidos por aquelas figuras.

Nesse sentido, é a partir destas últimas contendas – controvérsias e disputas – que estes atores utilizam a voz crítica como dispositivo para dar a conhecer os motivos que os levam a questionar os múltiplos coletivos que intervêm no sector educativo, dando desse

modo um contributo fundamental para o reconhecimento da ação (Laurent, 2003). Em plano, quer de justiça, que p de jogos de interação, de mod de mobilização de distintos sup da validade das justificações pú suas causas. Tendo em conta o a na história deste coletivo hetero assumem sempre uma expressão os outros membros dessa comu

Na verdade, entre 1926 e 197 ditadura política com três conjur Entre 1926 e 1933, os responsa com uma experiência democrá ditadura militar ainda sem cons constitucional que vise regular o este período permite alguma: expressão de pontos de vista pú

A partir de 1933 é instituíd constituição, onde fica determina confrontarem o governo e o Es quer como representantes de c de associações. Os coletivos q público têm uma autorização leg da ideologia corporativa vigen

Não existem partidos de opo escrita e, mais tarde, da comunic têm o direito de se reunir em p objeto dessas reuniões são ques política são dois instrumentos c pública”, nomeadamente os se este regime político.

Com a morte de Salazar em Marcelo Caetano. Este govern



modo um contributo fundamental para o incremento de regimes de envolvimento da ação (Laurent, 2006), quer de proximidade, quer em plano, quer de justiça, que permitem entender a multiplicidade de jogos de interação, de modalidades de cooperação da ação e de mobilização de distintos suportes que os ajudam a fazer prova da validade das justificações públicas (ou não públicas) ligadas às suas causas. Tendo em conta o arco temporal que atravessa as ações na história deste coletivo heterogêneo, as suas reivindicações não assumem sempre uma expressão pública, como aliás acontece com os outros membros dessa comunidade política.

Na verdade, entre 1926 e 1974, Portugal passa por um período de ditadura política com três conjunturas com algumas especificidades. Entre 1926 e 1933, os responsáveis pelo derrube da I República, com uma experiência democrática tumultuosa, constituem uma ditadura militar ainda sem constituição aprovada. Sem uma carta constitucional que vise regular os direitos e os deveres dos cidadãos, este período permite algumas experiências participativas e a expressão de pontos de vista públicos sobre assuntos polêmicos.

A partir de 1933 é instituído o Estado Novo, com uma nova constituição, onde fica determinada a impossibilidade de os cidadãos confrontarem o governo e o Estado, quer em termos individuais, quer como representantes de coletivos – sindicatos ou outro tipo de associações. Os coletivos que exprimem o seu ponto de vista público têm uma autorização legal e apresentam-se como apoiantes da ideologia corporativa vigente.

Não existem partidos de oposição, não há liberdade de imprensa escrita e, mais tarde, da comunicação televisionada. Os cidadãos não têm o direito de se reunir em público, nem em privado, quando o objeto dessas reuniões são questões políticas. A censura e a polícia política são dois instrumentos que regulam fortemente a “opinião pública”, nomeadamente os sectores da *opinião* que se opõem a este regime político.

Com a morte de Salazar em 1968 é nomeado chefe do governo Marcelo Caetano. Este governante intenta uma relativa abertura

política, nunca verdadeiramente consumada, uma vez que encontra muitas resistências entre os sectores mais conservadores do regime.

Com a refundação da democracia em abril de 1974, o princípio da liberdade como fundador do “projeto imaginado de modernidade” (Wagner, 1996) é consagrado pela constituição da República. Assente em direitos e deveres, esta magna carta permite a formação de todo tipo de formas associativas, incluindo os sindicatos e outras organizações que representam as vozes da classe profissional dos professores. Todo tipo de reuniões podem ser organizadas sempre no respeito pela lei. Deixa de haver censura, e os media já não estão sujeitos a mecanismos de controlo prévio.

Assim, os exemplos aqui mencionados de públicos, das suas disputas, da expressão das suas reivindicações, dos seus direitos e a administração dos desentendimentos com vistas ao acordo possível são distintos uns dos outros. Para concentrar os argumentos analíticos aqui apresentados a partir da ação na história que enquadra a constituição dos públicos, o texto discorre sobre dois estudos realizados sobre os professores do ensino secundário, mas cujos pontos de vista críticos são produzidos, como referimos atrás, em dois contextos históricos distintos.

O primeiro estudo centra a sua análise entre 1926 e 1974. Este arco temporal abrange a ditadura militar (1926/33) e a consagração do Estado Novo (1933/74). O segundo estudo é mais contemporâneo e circunscrito no tempo (2005/09).

O que permite a comparação entre estes dois estudos é a análise sobre a (in)visibilidade pública dos professores e a sua expressão crítica. A invisibilidade pública dos professores é uma ocorrência constante em todo o Estado Novo, excluindo o movimento dos “*grupos de estudo*” que se constituem nos últimos anos do regime político. Com outras formas de organização, mais institucional, com outros propósitos e outras agendas, os professores também tornam pública a sua voz entre 1926 e 1933, no período da ditadura militar.

Contrariamente, a seguir ao 25 de abril de 1974, com a institucionalização dos sindicatos, os docentes têm uma nova plataforma organizacional para transmitir aos governos as suas

reivindicações e exigências perante os mediadores entre a classe pública democraticamente.

Ao longo do tempo, assiste-se que representam os membros dos sindicatos como organizações de pontos de vista deste público com formas de associação entre docentes daquelas que nascem sob o signo do currículo escolar.

Esta panóplia de formas associativas na composição heterogênea dos públicos com fundamentos normativos e ideológicos, os professores apresentam diferentes ângulos em resposta ao âmbito das decisões governamentais com incidência na jurisdição dos profissionais.

### Os professores do ensino secundário numa composição em dois tempos nas “arenas escolares” à visibilidade profissional no centro da crise

As primeiras composições de professores levantados por este corpo profissional em três conjunturas políticas com características são constitutivas de um período do Estado Novo. Este regime ditatorial se caracteriza pela experiência democrática experimentada entre 1910 e 1926.<sup>3</sup>

3. Este período é envolto em inúmeras instabilidades políticas permanentes, e de um contexto que compõem os diferentes partidos políticos.



reivindicações e exigências profissionais. Os seus porta-vozes são os mediadores entre a classe profissional e os governos eleitos democraticamente.

Ao longo do tempo, assiste-se à fragmentação dos sindicatos que representam os membros desta corporação. Por outro lado, aos sindicatos como organizações que expressam publicamente os pontos de vista deste público compósito podem-se acrescentar outras formas de associação entre docentes, entre as quais se destacam aquelas que nascem sob o signo das disciplinas que fazem parte do currículo escolar.

Esta panóplia de formas associativas é a tradução pública da composição heterogênea dos professores como público. De acordo com fundamentos normativos que suportam os seus quadros ideológicos, os professores pronunciam-se criticamente sob diferentes ângulos em resposta às controvérsias que surgem no âmbito das decisões governamentais e na aplicação dessas medidas com incidência na jurisdição do seu mandato e da sua licença profissionais.

### **Os professores do ensino secundário no Estado Novo numa composição em dois tabuleiros: do trabalho político nas "arenas escolares" à visibilidade da contestação profissional no centro da crise final do regime**

As primeiras composições de princípios de justiça profissional levantados por este corpo profissional têm de ser enquadradas em três conjunturas políticas com algumas especificidades, mas que são constitutivas de um período histórico denominado o *Estado Novo*. Este regime ditatorial segue cronologicamente à primeira experiência democrática experimentada na I República, que decorre entre 1910 e 1926.<sup>3</sup>

3. Este período é envolto em inúmeros episódios políticos que lhe dão um cariz de instabilidade política permanente, e de um difícil entendimento entre as elites políticas que compõem os diferentes partidos políticos.



As promessas cívicas enunciadas pelos principais líderes que assumem posições críticas em relação às fraquezas políticas da Monarquia Constitucional que a antecedeu não são cumpridas em virtude do clima de instabilidade e de “guerrilha” política e constitucional em que estes são envolvidos com imensa frequência. Os governos democraticamente eleitos não sobrevivem muito tempo na I República (1910/26), e os acordos partidários ou não se realizam ou não perduram no tempo. Por outro lado, o direito ao voto não é inteiramente universal, havendo franjas da população mais pobre e analfabeta a quem não é conferido o direito de ter voz nesta matéria, como é o caso das gentes que vivem nos campos (Grácio, 1993, p. 81).

A aposta dos dirigentes republicanos relativamente às políticas de ensino incidem, sobretudo, no seu ideário doutrinal e ideológico mais do que na implementação de uma rede alargada de escolas primárias com vistas a elevar o número de crianças escolarizadas.<sup>4</sup>

O desencanto provocado pelo desajuste entre as promessas e os seus obstáculos (Trom, 2007) de carácter ideológico e de prática política, assente num princípio de justiça enformada pela solidariedade e pelo princípio da igualdade, tem uma incidência elevada entre os professores, em particular nos docentes do ensino liceal. Eles aproveitam os Congressos Pedagógicos realizados entre 1926 e 1933 para desferir críticas às políticas públicas republicanas, sem, contudo, esquecer outras questões educativas inscritas nas agendas políticas dos governos constituídos em plena *ditadura militar*.

Por razões de ordem metodológica, as reflexões em torno da ação na história da constituição da (in)visibilidade dos públicos

4. Pelas razões atrás apresentadas, há neste período um fraco interesse político na expansão quantitativa do ensino primário. O mesmo acontece com o ensino liceal, que mantém uma certa estagnação em virtude da instauração de *numerus clausus* à sua entrada e que limita o número de matriculados. Ao invés, os dirigentes republicanos investem no ensino primário superior, no ensino técnico elementar e no ensino superior, níveis de ensino que correspondem “aos sectores sociais mais propensos a apoiar o regime”, cujos estabelecimentos se encontram localizados “nas grandes cidades, nas capitais de distrito e nas mais importantes sedes de concelhos, onde igualmente pontificavam as clientelas ligadas aos aparelhos partidários” (idem, p. 81).

dos professores do ensino liceal em conjunturas políticas e educacionais. Este período decorre entre 1926 e 1947, período em que se discute o sistema de ensino liceal e técnico em que se discute apaixonadamente a ideia de “ensinar o povo a ler” (Mó, 2007, p. 247). No final desta fase, o Estado Novo termina em 1947.

A segunda conjuntura atrai-se e termina nos finais da década de 1940. O Estado inicia um plano de obras destinadas a modernizar o ensino e estabelece a reforma do Ensino Secundário em 1948 (Grácio, 1986), que cria escolas destinadas a ocupar os postos de trabalho no sector de serviços durante este período de tempo.

A terceira e última conjuntura surge no golpe de estado de 1974, que altera profundamente o regime. Nesta última fase do regime, medidas particulares, influenciadas pelas ideias de engenharia e de economia, promovem a escolaridade obrigatória para todos, única, uniformizando o ciclo de estudos segmentado entre os liceus e as escolas industriais. Estas medidas promovem a procura escolar, que vai desdobrando o ensino ensaiado nos finais do século XIX, com Simão, um dos jovens ministros.

Se no período da ditadura se criou uma margem de liberdade associada ao aparato político e os obstáculos à *Estado Novo*, com a aprovação daquela possibilidade, remetem-se os professores para espaços fora

principais líderes que  
fraquezas políticas da  
não são cumpridas  
"guerrilha" política e  
em imensa frequência.  
sobrevivem muito  
partidários ou não  
outro lado, o direito ao  
franjas da população  
o direito de ter voz  
e vivem nos campos

ivamente às políticas  
outorinal e ideológico  
alargada de escolas  
anças escolarizadas.<sup>4</sup>  
entre as promessas e  
eológico e de prática  
ada pela solidariedade  
dência elevada entre  
o ensino liceal. Eles  
dos entre 1926 e 1933  
icanas, sem, contudo,  
as agendas políticas  
militar.

flexões em torno da  
abilidade dos públicos

fraco interesse político na  
ce com o ensino liceal, que  
merus clausus à sua entrada  
ntes republicanos investem  
o ensino superior, níveis de  
os a apoiar o regime", cujos  
des, nas capitais de distrito  
pontificavam as clientelas

dos professores do ensino liceal e técnico leva-nos a configurar três conjunturas políticas e educacionais distintas. A primeira conjuntura decorre entre 1926 e 1947, período destinado a pôr em ordem o sistema de ensino liceal e técnico, mas também o momento histórico em que se discute apaixonadamente se o Estado tem ou não o dever de "ensinar o povo a ler" (Mónica, 1978, p. 115; Resende, 2003, p. 247). No final desta fase, o Estado promove a reforma dos liceus, em 1947.

A segunda conjuntura atravessa a segunda metade dos anos 40 e termina nos finais da década seguinte. Neste espaço de tempo, o Estado inicia um plano mais vasto de investimentos públicos destinados a modernizar os diversos sectores da economia, e estabelece a reforma do Ensino Técnico Industrial e Comercial em 1948 (Grácio, 1986), que capacita o país de jovens escolarizados destinados a ocupar os postos de trabalho fabril de execução ou de trabalho no sector de serviços que começam a expandir neste período de tempo.

A terceira e última conjuntura rompe pelos anos 60 e desemboca no golpe de estado de 1974, que reinstaura a democracia portuguesa. Nesta última fase do regime ditatorial, as elites políticas, em particular, influenciadas pelas elites técnicas saídas das universidades de engenharia e de economia, acabam por não só alargar a escolaridade obrigatória para seis anos, mas instituem a escola única, uniformizando o ciclo preparatório, que antes se apresenta segmentado entre os liceus e as escolas técnicas comerciais e industriais. Estas medidas políticas procuram responder à crescente procura escolar, que vai desembocar na reforma do sistema de ensino ensaiado nos finais dos anos 60 e protagonizado por Veiga Simão, um dos jovens ministros do governo de Marcelo Caetano.

Se no período da ditadura militar (1926/33) há uma relativa margem de liberdade associativa e de expressão pública das críticas, o aparato político e os obstáculos legais e policiais instituídos no *Estado Novo*, com a aprovação da constituição de 1933, anulam aquela possibilidade, remetendo a produção das vozes críticas dos professores para espaços fora dos cenários públicos, sobretudo na



comunicação social, nas praças e ruas das cidades, mas também nouro tipo de encontros e reuniões. Apesar desta limitação legal, o estudo mostra que os porta-vozes do professorado do ensino liceal e técnico, comprometidos, indiferentes ou críticos do regime político, não deixam de enunciar os seus pontos de vista sobre as políticas de ensino.<sup>5</sup>

Criticam muitas vezes considerações negativas expressas pelas famílias quando estas se queixam do número excessivo de reprovações nos exames nacionais e que são denunciadas pelos jornais. Outros apresentam-se como porta-vozes da Igreja Católica e criticam a falta de liberdade de ensinar, porque o Estado não só restringe a abertura de escolas do ensino privado, como reduz a autonomia pedagógica e organizacional dos colégios que estão na posse de algumas congregações religiosas.

Outros mostram-se indignados com a extinção das disciplinas ligadas ao ensino das línguas clássicas – latim e grego – em detrimento do reforço da aprendizagem das línguas modernas, nomeadamente, o francês e o inglês. O modelo de profissionalização dos professores nas escolas normais também é alvo de inúmeros reparos e queixas.<sup>6</sup>

Referenciadas nos textos que publicam em diferentes suportes escritos, estas controvérsias exemplares não são as únicas que

5. Impedidos de o expressar livremente, estas vozes críticas utilizam a escrita e um conjunto diversificado de suportes para expor as controvérsias e as polémicas decorrentes da aplicação de um conjunto de medidas de política educacional que entendem como injustas e injustificadas, mas também para emitir a sua discordância relativamente à não concretização de um conjunto de promessas feitas pelos dirigentes políticos governamentais e que atingem em cheio as expectativas de promoção e engrandecimento da profissão por parte dos docentes em efetividade de funções nos liceus e nas escolas técnicas.

6. Uma das razões prende-se ao número reduzido de liceus normais distribuídos pelo País. O número restrito de escolas destinadas à profissionalização é considerado como um dos motivos da fuga dos professores do sexo masculino do ensino, nomeadamente dos liceus, o que deixa a porta aberta para a crescente feminização desta profissão. Com o propósito de cativar a entrada de um maior número de docentes masculinos, o modelo de profissionalização é agilizado e é aumentado o número de bolsas destinadas aos professores que precisam de apoio financeiro para se profissionalizar. Como os professores não são remunerados durante este período de formação, a ausência de apoio estatal contribui para a redução dos candidatos, em particular os do gênero masculino.

alimentam o debate no professorado de ensino liceais e nas escolas técnicas do interior dos diferentes cenários profissionais destes atores.

Um são dirigidas aos colegas e no seu horário. Por isso, não se encontram tempo no seu local de trabalho. São distantes dos alunos, que não se conhecem as realidades, os seus problemas e as suas necessidades ou de adaptação à escola.<sup>7</sup>

A estes juízos críticos outros respondem com uma postura corporal próxima da do professorado apodera da mensagem científica que se apresenta em contextos afastados do mundo profissional com rigor e paixão às suas audiências na literatura ou na preparação cuidadosa de aulas que encontram a inspiração para a transmissão nas aulas, em que o dom de um bom professor em capacidade em cativar a atenção dos alunos e linguagens vulgares.<sup>8</sup>

O valor cívico também é exaltado e os professores centes que se assumem como porta-vozes de uma doutrina corporativa. Os valores profissionais que valorizam a história do país são exaltados com a proclamação das virtudes me

7. A distância, de acordo com estas vozes críticas, contribui para a criação de dependências pessoais entre os mais velhos e os mais novos.

8. Mais do que insistir no saber-fazer, este professorado valoriza os saberes, do treino à volta da abstração e das gramáticas rigorosas, mas ao mesmo tempo artigos correspondentes à idade e maturidade dos docentes e a proximidade. A deferência, o respeito e a admiração pelos colegas, são virtudes a preservar no professorado. Contudo, são qualidades reconhecidas e valorizadas, mas pouco conhecidas e numericamente elevadas.



alimentam o debate no professorado colocado nos estabelecimentos de ensino liceais e nas escolas técnicas. Outras transferem-se para o interior dos diferentes cenários que compõem a experiência profissional destes atores.

Um grupo são dirigidas aos colegas que cumprem exclusivamente o seu horário. Por isso, não se encontram disponíveis para passar mais tempo no seu local de trabalho. São apontados como profissionais distantes dos alunos, que não se esforçam por conhecer as suas realidades, os seus problemas e as suas dificuldades de aprendizagem ou de adaptação à escola.<sup>7</sup>

Outros respondem com o apelo à vocação, a uma postura corporal próxima da autenticidade do criador que se apodera da mensagem científica que tem de ser primeiro trabalhada em contextos afastados do mundo profano para depois ser transmitida com rigor e paixão às suas audiências. É nas leituras dos clássicos da literatura ou na preparação cuidada das experiências científicas que encontram a inspiração para a transmissão dos conhecimentos nas aulas, em que o dom de um bom orador é medido pela sua capacidade em cativar a atenção dos alunos sem se renderem às linguagens vulgares.<sup>8</sup>

O valor cívico também é exaltado, particularmente pelos docentes que se assumem como porta-vozes comprometidos com a doutrina corporativa. Os valores patrióticos e os feitos históricos que valorizam a história do país são aclamados. O mesmo acontece com a proclamação das virtudes morais do chefe carismático, que

7. A distância, de acordo com estas vozes críticas, é uma marca estatutária, mas não contribui para a criação de dependências pessoais entre alunos e professores no âmbito de uma hierarquia ancorada na tradição escolar e na passagem de testemunho geracional entre os mais velhos e os mais novos.

8. Mais do que insistir no saber-fazer, estes professores salientam a importância dos saberes, do treino à volta da abstração e da formalização, com a utilização de gramáticas rigorosas, mas ao mesmo tempo articuladas com linguagens compreensíveis, correspondentes à idade e maturidade dos discentes. Neste plano, a distância substitui a proximidade. A deferência, o respeito e a admiração, quer dos alunos, quer dos pais, quer ainda dos colegas, são virtudes a preservar para a conservação da grandeza do professorado. Contudo, são qualidades reconhecidas nestes círculos e não de um número indistinto, desconhecido e numericamente elevado.



em certa medida representa a vontade geral do povo. As qualidades da obediência, da simplicidade, da autenticidade, do civismo e da hospitalidade das gentes rurais e humildes contrastam com a crítica da arrogância, da ostentação e da produção de expectativas de quem não valoriza o seu lugar na hierarquia ou não respeita a ordem instituída.

As qualidades do mérito dos alunos também se encontram nos professores que deixam o seu testemunho como docentes. Para muitos este é o valor que faz a distinção dos capazes, dos que se esforçam e dos que trabalham relativamente àqueles que não se dedicam inteiramente ao trabalho escolar. O princípio do mérito é também um valor a transpor para o mercado de trabalho.<sup>9</sup>

Nas duas primeiras conjunturas, os professores que se opõem frontalmente ao regime político têm mais dificuldade em expor os seus pontos de vista críticos sobre questões que põem em causa o princípio da igualdade e da solidariedade que as políticas educativas devem ter em consideração. Também têm mais dificuldade de se pronunciar sobre as reformas de ensino que ocorrem nestes momentos, em particular, nos articulados, que não promovem a autonomia crítica nem dos docentes, nem dos discentes.<sup>10</sup>

No decorrer dos anos 60 e, em particular, na transição para a década seguinte, parece haver uma transformação no panorama crítico entre os professores que estão mais próximos do regime e aqueles que se manifestam contra os princípios políticos e

9. Mesmo entre os professores dos liceus, está presente a preocupação das relações entre os diplomas e os postos de trabalho. Esta atenção é maior entre os colegas que lecionam nas escolas técnicas, onde o saber-fazer é tão ou mais importante que o saber. Mas os outros colegas, efetivos nos liceus, não deixam de proclamar uma hierarquia dos certificados escolares. Quem conclui o ensino primário está destinado ao trabalho não qualificado. Quem termina um curso profissional está preparado para o trabalho de execução. A quem finaliza o ensino secundário liceal deve ser atribuído um lugar no setor de serviços, um trabalho não manual com melhor remuneração.

10. Muitas vezes marcados pela ideologia republicana, tornam explícito que o desenho institucional da organização curricular e das atividades escolares decorrentes da intervenção na escola da organização da Mocidade Portuguesa, em vez de promover os ideais "do homem novo" e da prática pedagógica contribuir para a emancipação do indivíduo e dos coletivos com vista a uma mudança de sociedade e de regime político, favorecem o aprofundamento do controlo e da disciplina dos corpos e das mentes, dispositivos fundamentais para a manutenção da ditadura política, com todas as consequências nocivas do ponto de vista societário.

normativos que dão forma às políticas ocorridas no tecido social português: classes médias urbanas (Ferrão, 1998). O crescimento econômico que dispara entre os anos 60 e 70, o aumento da procura escolar.

Por outro lado, muitas instituições de ensino, como a OCDE, fazem notar o extraordinário crescimento dos portugueses comparando esse crescimento com a expansão numérica da escolarização na bacia mediterrânica. Estes estudos são feitos sob o mesmo teor, agora publicadas na forma de um grupo de jovens economistas que defendem a tese da importância do investimento das pessoas concebidas como capital humano no desenvolvimento das empresas do setor privado positivo na economia nacional extraída.

Assim, a entrada em cena, nos finais dos anos 60, do jovem ministro da Educação Nuno Álvares Pereira de Melo, cria inicialmente um clima de esperança no país, quer entre os professores, quer no princípio de igualdade de oportuni-

11. É preciso não esquecer que Portugal tem a maior incidência internacional, e que se prepara para as frentes de batalha, se considerarmos os conflitos em Angola e na Guiné-Bissau. As campanhas internacionais dos principais movimentos de libertação portuguesa. A este ambiente de incerteza política acrescenta-se a crise petrolífera, com fortes efeitos económicos também em Portugal. Neste contexto político, o novo espírito do capitalismo (Boltanski, Chiapello, 1999). Em Portugal nos finais dos anos 60 assiste-se a situações análogas aos dos países democráticos e eclesiais singularidades derivadas de um regime ditatorial. As tentativas de abertura política prometida por Salazar parece dar sinais dessa abertura política, com governativas e com a autorização de haver designado como a Ala Liberal. Rapidamente, e a abertura política não é consumada na sua plenitude co-



al do povo. As qualidades  
icidade, do civismo e da  
ontrastam com a crítica da  
expectativas de quem não  
speita a ordem instituída.  
também se encontram nos  
o como docentes. Para  
dos capazes, dos que se  
ente àqueles que não se  
O princípio do mérito é  
do de trabalho.<sup>9</sup>

Professores que se opõem  
dificuldade em expor os  
s que põem em causa o  
e as políticas educativas  
m mais dificuldade de  
o que ocorrem nestes  
, que não promovem a  
os discentes.<sup>10</sup>  
lar, na transição para a  
ormação no panorama  
s próximos do regime  
princípios políticos e

e a preocupação das relações  
é maior entre os colegas que  
mais importante que o saber.  
de proclamar uma hierarquia  
o está destinado ao trabalho  
preparado para o trabalho de  
er atribuído um lugar no setor  
ção.

nam explícito que o desenho  
s escolares decorrentes da  
guesa, em vez de promover  
buir para a emancipação do  
iedade e de regime político,  
e dos corpos e das mentes,  
ura política, com todas as

normativos que dão forma às políticas educativas. As transformações  
ocorridas no tecido social português, com a expansão quantitativa das  
classes médias urbanas (Ferrão, 1985), em virtude do crescimento  
econômico que dispara entre os anos 50 e 60, têm incidências no  
aumento da procura escolar.

Por outro lado, muitas instituições internacionais, nomeadamente a  
OCDE, fazem notar o extraordinário atraso da formação e qualificação  
dos portugueses comparando estes níveis quantitativos com a  
expansão numérica da escolarização verificada noutros países da  
bacia mediterrânica. Estes estudos são corroborados com análises com  
o mesmo teor, agora publicadas na revista *Análise Social* pela mão e  
pena de um grupo de jovens economistas saídos das universidades,  
que defendem a tese da importância do investimento na qualificação  
das pessoas concebidas como capital humano indispensável para o  
desenvolvimento das empresas do Estado e, por isso, com efeito  
positivo na economia nacional extraordinariamente aberta ao exterior.<sup>11</sup>

Assim, a entrada em cena, nos finais dos anos 60, de Veiga Simão,  
o jovem ministro da Educação Nacional, promovido por Marcelo  
Caetano, cria inicialmente um conjunto de expectativas positivas,  
quer no país, quer entre os professores. Defende publicamente o  
princípio de igualdade de oportunidades escolares associada à tese

11. É preciso não esquecer que Portugal tem um outro problema político a resolver, com maior incidência internacional, e que se prende com a guerra colonial. São diversas as frentes de batalha, se considerarmos os conflitos armados intensos em Moçambique, Angola e na Guiné-Bissau. As campanhas internacionais levadas a cabo pelos dirigentes dos principais movimentos de libertação provocam embaraços crescentes à diplomacia portuguesa. A este ambiente de incerteza política nacional e internacional junta-se uma crise petrolífera, com fortes efeitos económicos nos países mais desenvolvidos, mas também em Portugal. Neste contexto político e económico, parece estar a ser gerado um novo espírito do capitalismo (Boltanski, Chiappelo, 1999).

Em Portugal nos finais dos anos 60 assiste-se a um ambiente político com contornos analógicos aos dos países democráticos e economicamente mais avançados, mas com singularidades derivadas de um regime ditatorial ainda implantado no País, apesar das tentativas de abertura política prometida por Marcelo Caetano. Num primeiro momento parece dar sinais dessa abertura política, com o rejuvenescimento de algumas elites governativas e com a autorização de haver no parlamento um grupo parlamentar designado como a Ala Liberal. Rapidamente, estes sinais se esgotam e a referida abertura política não é consumada na sua plenitude constitucional e legal.



de que a escola única tem de ser mais alargada, passando de 6 para 8 anos.

Para fazer face à crescente procura escolar, estabelece como prioridade o aumento da oferta da rede escolar e vê-se confrontado com os bloqueamentos existentes na carreira docente, quer ao nível da fraca produtividade da profissionalização, quer ao nível do reduzido número de lugares do quadro de professores efetivos. A profissionalização realizada em liceus e escolas técnicas destinada para o efeito não apresenta níveis de produtividade aceitáveis e transfere essa responsabilidade para os departamentos de educação que se constituem nas faculdades de ciências e letras.

Devido ao forte crescimento do número de matriculados que entram nas escolas públicas entre os finais dos anos 50 e 74, um maior número de professores é recrutado para dar aulas. Nesse sentido, a paisagem humana desta corporação muda substantivamente. Há cada vez mais docentes jovens, do gênero feminino e com qualificações escolares diferenciadas (uns com o bacharelato – com 3 anos de licenciatura – e outros com a licenciatura concluída).

As alterações na morfologia escolar discente são acompanhadas por uma mesma mudança agora do lado dos professores. Os bloqueios existentes na progressão da carreira, nomeadamente as dificuldades em realizar a profissionalização e a morosidade na abertura de quadros para os docentes se vincularem ao posto de trabalho e à escola, aceleram o descontentamento nestes profissionais.

Por outro lado, os professores de nomeação provisória, o maior contingente em termos numéricos, cessam as suas funções em agosto e só as retomam no início do ano lectivo seguinte, depois de terem sido colocados por concurso. Este procedimento administrativo tem uma consequência imediata que é o não pagamento do período que medeia o fim do contrato do ano lectivo que finda e o início do novo contrato, após a colocação do professor na mesma ou noutra escola, que acontece no início do ano lectivo seguinte.<sup>12</sup>

12. Esta situação anômala desagrade estes docentes e cria nestes professores um forte sentimento de injustiça. A este novo ambiente escolar traduzido em experiências marcadas por "privações relativas" expressivas, que aprofundam a inconsistência (Maravall, 1972)

Devido ao adiamento das pr ministerial, alguns porta-vozes que pertencem aos denominad colocados em diferentes estabe propósito de, por um lado, mobi outro lado, apresentar ao ministri e políticas. Este movimento, qu de algumas equipes diretivas da contribuir para reduzir a plural da justiça profissional existent (nomeadamente os princípios d industrial e inspirada), concentra fazer subir em generalidade o p

Perante o reconhecimento ( – a injustiça no plano político e econômica (a não consagraç recompensas econômicas detida docentes que experimentam essa 1972) conseguem transformar c neste segmento profissional em em causa o futuro, e já não o pr

Entre os interesses gerais dificuldade de pôr em práti personalizado, indo ao encont um dos pilares da reforma de dos programas das disciplina novas metodologias de ensino por estudos das ciências socia psicologia educacional, a pedag

---

quer do seu estatuto profissional, quer i instabilidade política crescente, decorre diferentes corpos profissionais, dos operári jovens universitários, que manifestam cada também aos métodos tradicionais, quer d de gestão organizacional que se mantêm ir



argada, passando de 6 para  
escolar, estabelece como  
escolar e vê-se confrontado  
reira docente, quer ao nível  
lização, quer ao nível do  
de professores efetivos. A  
escolas técnicas destinada  
produtividade aceitáveis e  
departamentos de educação  
ciências e letras.  
mero de matriculados que  
dos anos 50 e 74, um maior  
lar aulas. Nesse sentido, a  
substantivamente. Há cada  
minino e com qualificações  
arelato – com 3 anos de  
a concluída).  
scente são acompanhadas  
s professores. Os bloqueios  
eadamente as dificuldades  
rosidade na abertura de  
ao posto de trabalho e à  
tes profissionais.  
eação provisória, o maior  
as suas funções em agosto  
seguinte, depois de terem  
dimento administrativo  
ão pagamento do período  
vo que finda e o início do  
ssor na mesma ou noutra  
ivo seguinte.<sup>12</sup>

cria nestes professores um forte  
duzido em experiências marcadas  
a inconsistência (Maravall, 1972)

Devido ao adiamento das promessas políticas feitas pela equipe ministerial, alguns porta-vozes dos jovens professores provisórios que pertencem aos denominados “*grupos de estudo*”, e que estão colocados em diferentes estabelecimentos de ensino, agem com o propósito de, por um lado, mobilizar a “classe dos professores” e, do outro lado, apresentar ao ministro as suas reivindicações profissionais e políticas. Este movimento, que conta com a solidariedade oficiosa de algumas equipes diretivas das escolas do ensino preparatório, vai contribuir para reduzir a pluralidade de princípios de justificação da justiça profissional existentes nos estabelecimentos de ensino (nomeadamente os princípios de justiça ligados às *cités* doméstica, industrial e inspirada), concentrando todo o seu esforço político para fazer subir em generalidade o princípio de justiça da *cité* cívica.

Perante o reconhecimento de duas injustiças de que são alvo – a injustiça no plano político (a ausência de liberdades cívicas) e econômica (a não consagração legal das mesmas vantagens e recompensas econômicas detidas pelos seus colegas efetivos) –, os docentes que experimentam essa dupla “privação relativa” (Maravall, 1972) conseguem transformar os interesses particulares ancorados neste segmento profissional em interesses de ordem geral, pois está em causa o futuro, e já não o presente da escolarização portuguesa.

Entre os interesses gerais postos em causa, encontra-se a dificuldade de pôr em prática um ensino individualizado e personalizado, indo ao encontro dos interesses dos alunos. Ora, um dos pilares da reforma de Veiga Simão é a inovação não só dos programas das disciplinas, mas sobretudo a aplicação de novas metodologias de ensino baseadas nos avanços produzidos por estudos das ciências sociais e de educação, em particular, a psicologia educacional, a pedagogia e as diversas didáticas. Como

---

quer do seu estatuto profissional, quer do seu *status* social, temos de acrescentar a instabilidade política crescente, decorrente de elevados índices de insatisfação de diferentes corpos profissionais, dos operários fabris e agrícolas, mas, particularmente, nos jovens universitários, que manifestam cada vez mais a sua oposição à guerra colonial, mas também aos métodos tradicionais, quer do ensino ali ministrado, quer nas modalidades de gestão organizacional que se mantêm inalteradas há décadas.



é possível haver uma dedicação concentrada no caráter singular dos interesses e das motivações dos alunos quando os professores provisórios mudam constantemente de estabelecimentos de ensino, têm muitos alunos por turma e não estão profissionalizados?

Utilizando panfletos onde denunciam a sua situação profissional e os efeitos nocivos para a formação escolar dos seus alunos (precarização do lugar de trabalho, falta de formação profissional, sobrecarga de trabalho com um número excessivo de alunos por turma, deslocação frequente de escola em escola, o que dificulta a aplicação e a avaliação dos resultados do seu trabalho pedagógico etc.), os porta-vozes deste movimento conseguem dar a conhecer a um público mais vasto as suas reivindicações através de entrevistas concedidas a alguns jornais diários. Nessas entrevistas, os professores mais jovens são acompanhados por outros docentes mais velhos que se encontram com vínculo efetivo nas escolas. Esta manifestação de solidariedade intergeracional reforça a ideia de que estes problemas acabam por atingir toda a classe e não só este segmento profissional.<sup>13</sup> Também está em causa a qualidade da escolarização.

De fato, aproveitando as oportunidades concedidas pela imprensa, mas também o êxito da sua implantação no terreno, os porta-vozes dos “*grupos de estudo*” exigem do Ministério a possibilidade de criação de associações profissionais autônomas do Estado que lhes permitam, em liberdade, definir e apresentar ao ministro um estatuto da carreira docente. Estas exigências nunca são concretizadas. Mas, após a refundação do regime democrático em abril de 1974, estas questões voltam a reaparecer na agenda política dos sindicatos de professores.

13. Por outro lado, “no contexto político em que (é) gerado o movimento dos ‘grupos de estudo’, e tendo presente as suas principais denúncias, (parece) ser possível avançar com outra hipótese que (alarga) a compreensão de todo este processo. Tudo (indica) que esta contestação (está) ligada a outras situações de mal-estar social e político, que (atravessam) outros territórios – das empresas às universidades, das forças armadas à Igreja Católica –, em reestruturação na sociedade portuguesa” (Resende, 2003, p. 1029).

## Por que se mobilizam os professores públicos? Explorações analíticas de um estudo sobre a socialização política no secundário no Portugal democrático

Um segundo estudo parte de um contexto socialmente por diferentes fontes emissores identificados. Este enredo que suscita fortes embaraços ao regime democrático e que é denunciada quer pelas políticas do país – deputados, ministros –, quer pelos órgãos de comunicação sociológica que se baseiam em indicadores de frequência da escola ou já integrada no currículo (2009).

Este problema é comumente de conhecimento dos jovens pela vida política, objetivada por eles ao voto nos diferentes atos eleitorais e por formas de conduta autocentradas, egoísta e que por estas razões desenvolve compromissos cívicos, nomeadamente em forma continuada e militante, nas causas solidária e empática pelos outros que se encontram em situações de vulnerabilidade: os pobres, as vítimas de violência doméstica, os sem-abrigo, os desempregados, os deficientes etc. Nesse sentido, as atitudes e comportamentos desajustados dos jovens em relação aos outros que contam com eles, os próximos, quer em relação ao outro, quer concebido no seu sentido mais abstrato.

14. Por outras palavras, a grande maioria dos jovens e os jovens, não expressam sentimentos de alta moralidade em coletivos partidários, nem se associam em associações estudantis nas suas escolas, nem têm



## Por que se mobilizam os professores do ensino público? Explorações analíticas a partir de um estudo sobre a socialização política no ensino secundário no Portugal democrático

Um segundo estudo parte de uma perplexidade que é explorada socialmente por diferentes fontes; umas anônimas, outras com emissores identificados. Este enredo anda em volta de uma questão que suscita fortes embaraços ao pleno funcionamento do regime democrático e que é denunciada quer pelas mais altas individualidades políticas do país – deputados, ministros e Presidente da República –, quer pelos órgãos de comunicação social, quer ainda por análises sociológicas que se baseiam em inquéritos lançados à juventude a frequentar a escola ou já integrada no mercado de trabalho (Resende, 2009).

Este problema é comumente designado como desinteresse dos jovens pela vida política, objetivada por índices elevados de abstenção ao voto nos diferentes atos eleitorais, mas também enunciada por formas de conduta autocentradas, egoístas, hedonistas e individualistas, e que por estas razões desenvolvem comportamentos avessos a compromissos cívicos, nomeadamente no seu envolvimento ativo, de forma continuada e militante, nas causas públicas ou na manifestação solidária e empática pelos outros que sofrem, ou ainda por aqueles seres que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade – os pobres, as vítimas de violência doméstica, os velhos que vivem sós, os sem-abrigo, os desempregados sem meios de sobrevivência, os deficientes etc. Nesse sentido, as gerações mais novas mostram comportamentos desajustados do ponto de vista relacional, quer em relação aos outros que contam (Taylor, 2005) e que lhes estão próximos, quer em relação ao outro desconhecido, e, por isso, concebido no seu sentido mais abstrato e universal.<sup>14</sup>

14. Por outras palavras, a grande maioria dos mais novos, particularmente os adolescentes e os jovens, não expressam sentimentos de alteridade e, dessa forma, não se envolvem em coletivos partidários, nem se associam uns com os outros para formarem as associações estudantis nas suas escolas, nem tão pouco se engajam em associações que



O modo como esta inquietação é descrita por diversas fontes – dos estudos aos artigos de opinião publicados em jornais de referência ou às reportagens jornalísticas (impresas ou televisionadas) – tende a pressupor que não há a desejável, e a expectável, passagem de testemunho intergeracional do interesse pelos assuntos da *pólis*, e que o prolongamento da escolaridade em nada contribui para a produção dessa herança cívica. As dúvidas promovidas por esta apatia juvenil generalizada colocam a escola e a “forma escolar” moderna (Vincent et al., 1994) em aparente xeque.

E, por extensão, o referido problema cívico põe em causa o “investimento de forma” (Thévenot, 1986) exercido pelos professores que têm o mandato e a licença estatal de educar e instruir os seus alunos, quer através dos dispositivos socializadores ao seu dispor, quer através do trabalho de transmissão dos saberes requeridos e correspondentes às idades escolares. Na verdade, é esta uma das funções e finalidades requeridas à escola republicana.

De fato, compete à instituição escolar, desde o século XIX, com maior incidência na sua segunda metade, firmar dois compromissos políticos. De um lado, o compromisso de a escola se apresentar como a única instância pública destinada a transmitir a herança dos saberes científicos (e culturais) que tem por missão guardar, trabalhar e divulgar aos descendentes das gerações escolarizadas e, se possível, porque desejável, alargar esta transmissão a outros alunos cujos pais ou são analfabetos ou saem da escola precocemente.

O esforço cognitivo operado com as aprendizagens bem-sucedidas torna possível não só assegurar, como imperativo, o lugar da razão e do exercício racional, como permite apurar, afinar e dar continuidade a esse esforço através dos exercícios repetidos, por

---

se constituem para alertar para os problemas complexos que florescem nas sociedades contemporâneas, como, por exemplo, as causas ambientais, a fome, a seca, a escassez de bens indispensáveis, como a água potável, o aumento dos acidentes rodoviários, a violência e a delinquência urbana, o racismo e os problemas da hospitalidade das comunidades de imigrantes etc. A desatenção em relação ao outro é vista como uma falta de amadurecimento e a expressão da dificuldade de quebrar as dependências, quer em relação aos pais, quer em relação às suas famílias de origem, quer sobretudo ao grupo de pares – os amigos.

vezes até à exaustão, por forma nocivos da aplicação concreta de quer nas tarefas de natureza es dia, em particular nos assuntos política à qual pertencem de co

Isto significa que a dimensão benefício cívico ao evitar as deriv como nocivas ou patológicas (Honeth, 2008). A aquisição abstrata, via transmissão do saber a passagem do ser singular pa estados que visam a compreensão igual, o similar ou o mesmo.

Do outro lado, a mesma escola de formar cidadãos através da in socializadora autônoma das fo operadas no seio dos agregados escolar tem por missão romper comunitárias e, assim, quebrar as ações de envolvimento por pr as lideranças locais e as famílias

Retirar a centralidade da si por pressuposto que a escola re constante, um outro exercício de modalidade de socialização esco exercitar os corpos e os espíritos, e normatividades comuns, que plano cívico. A justificação poli de fazer uma operação de desce de dessingularização do eu de m fora dela, também o “*a mim mes* sua articulação com o outro abst

---

15. Assim, comprometer pragmaticamente no dia a dia e sejam quais forem as circ nem uma operação automática, nem uma



ita por diversas fontes – dos  
os em jornais de referência  
ou televisionadas) – tende  
expectável, passagem de  
e pelos assuntos da *pólis*,  
em nada contribui para a  
idas promovidas por esta  
escola e a “forma escolar”  
nte xeque.

a cívico põe em causa o  
exercido pelos professores  
educar e instruir os seus  
realizadores ao seu dispor,  
dos saberes requeridos e  
verdade, é esta uma das  
republicana.

desde o século XIX, com  
firmar dois compromissos  
e a escola se apresentar  
a transmitir a herança  
em por missão guardar,  
rações escolarizadas e, se  
missão a outros alunos  
escola precocemente.

s aprendizagens bem-  
como imperativo, o lugar  
mite apurar, afinar e dar  
exercícios repetidos, por

que florescem nas sociedades  
ais, a fome, a seca, a escassez  
o dos acidentes rodoviários, a  
problemas da hospitalidade das  
o outro é vista como uma falta  
rar as dependências, quer em  
n, quer sobretudo ao grupo de

vezes até à exaustão, por forma a melhorar ou a reparar os desvios  
nocivos da aplicação concreta da razão e de um modo de raciocinar,  
quer nas tarefas de natureza escolar, quer nas atividades do dia a  
dia, em particular nos assuntos gerais que envolvem a comunidade  
política à qual pertencem de corpo inteiro como cidadãos.

Isto significa que a dimensão cognitiva confere também um  
benefício cívico ao evitar as derivas das racionalidades consideradas  
como nocivas ou patológicas porque não visam o bem comum  
(Honneth, 2008). A aquisição de uma racionalidade formal e  
abstrata, via transmissão do saber científico, contribui para acelerar  
a passagem do ser singular para o ser universal e cosmopolita,  
estados que visam a compreensão e aceitação do outro que não o  
igual, o similar ou o mesmo.

Do outro lado, a mesma escola apresenta o compromisso público  
de formar cidadãos através da implementação de outra modalidade  
socializadora autônoma das formas de socialização particulares  
operadas no seio dos agregados familiares. Dessa forma, o espaço  
escolar tem por missão romper com as dependências familiares e  
comunitárias e, assim, quebrar as regras e lógicas que alimentam  
as ações de envolvimento por proximidade entre pais e filhos, entre  
as lideranças locais e as famílias residentes.

Retirar a centralidade da socialização familiar e local tem  
por pressuposto que a escola realize, com frequência e repetição  
constante, um outro exercício de igual relevância. Com esta nova  
modalidade de socialização escolar está em causa a importância de  
exercitar os corpos e os espíritos a partir de um conjunto de valores  
e normatividades comuns, quer no plano da civilidade, quer no  
plano cívico. A justificação política deste exercício consentido é  
de fazer uma operação de descentração de si próprio, ou melhor,  
de dessingularização do eu de modo que o ego inclua, na escola e  
fora dela, também o “*a mim mesmo*” (Ricoeur, 1990), que requer a  
sua articulação com o outro abstrato.<sup>15</sup>

15. Assim, comprometer pragmaticamente o respeito recíproco pelo outro desconhecido, no dia a dia e sejam quais forem as circunstâncias esperadas ou inesperadas, não é nem uma operação automática, nem uma modalidade de envolvimento de ação que



Nesse sentido, e pela voz dos professores inquiridos, uma das controvérsias existentes nas escolas do ensino secundário é a complexa relação entre a figura do aluno adolescente e jovem e a figura dos adultos na escola, problema que extravasa os seus territórios. Há um *deficit* de reconhecimento e de estima social pelos outros que contam (Taylor, 2005; Honneth, 2008), no plano das relações intergeracionais, de acordo com o ponto de vista dos docentes.

A relativa obscuridade do reconhecimento entre estas duas figuras escolares também é vista da parte dos alunos. Os jogos de linguagem empregues nos diferentes cenários escolares – dos mais formais aos mais informais – acentuam esse hiato e fortalecem a incompreensão relativa entre estes dois coletivos. Para além da linguagem e dos seus vocábulos codificados, os usos sociais e políticos dos corpos também causam estranheza entre os adultos na escola.

Contudo, desses dilemas problemáticos sai a tese professoral da impossibilidade de estes jovens de se constituírem como públicos, com voz própria e preparados para enfrentar, com autonomia crítica, os confrontos cívicos.<sup>16</sup>

Isso não significa que os estudantes do ensino secundário não manifestem o seu descontentamento desfilando pelas ruas das principais cidades do país, ou não fechem por vezes as escolas a cadeado por não verem satisfeitas exigências de diversa ordem.<sup>17</sup>

---

se ajuste na perfeição. Pelo contrário, este “investimento de forma” (Thévenot, 1986) a que estão sujeitos os mais pequenos na escola não deixa de ser objeto de tensões e de disputas de diversa natureza, pois é mediado pela utilização de muitos dispositivos, para além daqueles que têm uma origem eminentemente escolar. Para além do caráter cultural e normativo da jurisdição escolar emanada pelo Ministério da Educação ou feita na escola, existem outros dispositivos que interferem naquele investimento que estão associados à cultura dos pares ou dos amigos, praticados nas interações que enformam as sociabilidades juvenis.

16. O desinteresse, a falta de maturidade e a dificuldade na utilização de gramáticas públicas de intervenção segundo modelos convencionados e aceites socialmente são críticas ancoradas no princípio de justificação cívica utilizadas pelos adultos na escola. Ao invés, os jovens, mas sobretudo os adolescentes, estão ainda presos a determinadas dependências pessoais que se traduzem na busca de apoio para as decisões mais decisivas nos amigos e pares que contam na escola (ou fora dela), nos pais e nos próprios professores.

17. Entre essas exigências, destacam-se a falta de equipamentos diversos. De acordo com o seu ponto de vista, a ausência destes equipamentos faz da escola um espaço sem comodidades e, por isso, pouco acolhedor.

Entre a segunda metade de inúmeras manifestações estudativas, tais como “a revisão de medidas de reorganização dos períodos escolares) e dos de um 13º ano e a existência na escola, os *numerus clausi* das escolas e o estatuto do a formas de luta incluem também o tempo a diminuir de intensidade acentuada dos alunos contestando adultos em relação à expressão corporais e frásicas inadequadas e manifestações.

Ao invés, os professores momento histórico em que instalando-se com mais fi circunstâncias políticas da última para dar uma maior visibilidade pelas greves convocadas por manifestações, primeiro região capital do país, e que contam docentes vindos de diferentes

A forte mobilização dos atinge todos os setores do com ou sem vínculo na antiguidade no seu posto de sindical unida nas críticas ao contam também com o apoio (mais visível à esquerda do que profissionais de ensino que não depositam total confiança sindicais (temem uma eventual negociações que mantêm co



Entre a segunda metade dos anos 90 e 2003, o país assiste a inúmeras manifestações estudantis que contestam muitas medidas educativas, tais como “a revisão curricular, nomeadamente algumas medidas de reorganização dos tempos lectivos (duração das aulas e dos períodos escolares) e dos cursos gerais e tecnológicos, a criação de um 13º ano e a existência de provas globais, a educação sexual na escola, os *numerus clausus*; os recursos humanos e materiais das escolas e o estatuto do aluno” (Seixas, 2005, p. 202). Estas formas de luta incluem também greves às aulas, mas tendem com o tempo a diminuir de intensidade em virtude da desmobilização acentuada dos alunos contestatários, à qual se acresce a crítica dos adultos em relação à expressão pública de gramáticas gestuais, corporais e frásicas inadequadas, utilizadas em muitas das greves e manifestações.

Ao invés, os professores parecem passar atualmente por um momento histórico em que sua voz passa os muros da escola, instalando-se com mais frequência no espaço público. As circunstâncias políticas da última governação socialista contribuem para dar uma maior visibilidade pública a este corpo, quer pelas greves convocadas pelos sindicatos, quer pelas grandes manifestações, primeiro regionalizadas, e depois organizadas na capital do país, e que contam com a presença massiva de muitos docentes vindos de diferentes regiões do país.

A forte mobilização dos docentes mostra que o descontentamento atinge todos os setores do ensino básico e secundário, professores com ou sem vínculo na carreira, docentes com maior ou menor antiguidade no seu posto de trabalho. Apoiados por uma frente sindical unida nas críticas ao governo, os professores descontentes contam também com o apoio manifestado pelos partidos de oposição (mais visível à esquerda do que à direita) e por outras associações de profissionais de ensino que se constituem espontaneamente porque não depositam total confiança nos planos de atuação das direções sindicais (temem uma eventual cedência de alguns sindicatos nas negociações que mantêm com o Ministério de Educação).



Porém, o que determina o grande impacto público dessas movimentações dos professores é a capacidade dos diferentes dirigentes sindicais em se porem de acordo no essencial para enfrentarem as medidas governamentais consideradas como atentatórias à dignidade e à unidade do corpo professoral. Na verdade, para os aparelhos sindicais e para a maioria dos docentes, as grandes polêmicas centram-se, sobretudo, num conjunto de medidas que alteram o Estatuto da Carreira docente já em vigor, pondo em causa o mandato e a licença profissional outorgada pelo Estado.<sup>18</sup>

Estas medidas políticas elencadas são suficientes para compreender a forte mobilização dos docentes e a sua visibilidade pública? O que traduzem estas medidas tendo em consideração a experiência professoral nas escolas?

De acordo com os docentes interrogados, a intervenção dos dirigentes do Ministério da Educação na educação e na organização escolar apresenta um propósito claro: tornar eficiente o sistema escolar por duas vias complementares. De um lado, reduzir os abandonos escolares com a criação de outros dispositivos curriculares

18. O reconhecimento das alterações produzidas pelo Estado no mandato e licença profissional dos docentes é reduzido na crítica dos docentes em relação a um conjunto de medidas estabelecidas pelo Estado. Entre elas destacam-se: na obrigatoriedade de haver em todas as escolas uma bolsa de professores (que pode variar diariamente) que estão disponíveis a substituir os colegas que por razões de diversa natureza não comparecem às aulas; nas mudanças ocorridas no Estatuto da Carreira Docente, que cria a categoria de professor titular, institui exames de acesso à profissão, com a entrada só assegurada a quem seja avaliado com nota igual ou superior a 14 valores, sem esquecer a definição de quotas nos lugares de topo da carreira, que limitam a entrada mesmo dos professores bem classificados; a criação do diploma que institui a avaliação de desempenho dos professores com a adoção de um modelo complexo que tem por referência a criação de múltiplos objetivos e metas fixadas em diferentes planos definidos pelas escolas, mas também a determinação de indicadores de medidas relativos que permitam medir a eficácia da escola e do docente. Por outro lado os objetivos da avaliação são definidos por referência à prestação de apoio à aprendizagem, à formação contínua e à relação com a comunidade. A avaliação contempla também a assiduidade, o serviço docente distribuído (lectivo e não lectivo), a participação dos docentes na escola, as funções de natureza pedagógica e a dinamização de projetos de investigação. A definição oficial do estatuto do aluno que torna obrigatório a criação de um plano de recuperação dos alunos que reprovam por faltas; e finalmente um novo desenho da gestão escolar com a criação da figura do diretor da escola, consagrando também a participação de autarcas e pais nos órgãos de decisão das atividades escolares, excluindo as questões de natureza pedagógica, são outras medidas que não merecem o acordo unânime entre os professores.

e, ao mesmo tempo, fornece os alunos com dificuldade alargamento de formações e ensino básico, quer no ensino as políticas em função das e de um acréscimo do trabalho a justificar as razões de um aprendizagem dos alunos e das razões da falta frequente de ajustamentos em família ou que habitualmente não c

Assim, os princípios de formação inspirada – baseadas substituídos pelos princípios de justificação industrial. A decisão decisivo quanto o primeiro. A recorrente da responsabilização base o cumprimento ou não educativo, de onde avultam os problemas de indisciplina passam a estar sujeitas ao p

Dessa forma, o princípio pelos ganhos de oportunidade maior incidência nos conceitos onde existe mais do que um territorialmente próximo ur

19. Por outras palavras, estas medidas diretamente no mandato e na licença sua vocação e formação profissional. início da sua carreira, o exercício do um único fim: tornar eficaz a escolaridade de acordo com a definição de competências cada ano, e de cada ciclo de ensino.

20. A publicitação dos resultados de cada ciclo e, em particular, a criação de ensino que alcançam uma cotação média ano de escolaridade acentuam ainda



grande impacto público dessas  
s é a capacidade dos diferentes  
em de acordo no essencial para  
ornamentais consideradas como  
idade do corpo professoral. Na  
is e para a maioria dos docentes, as  
pretudo, num conjunto de medidas  
ra docente já em vigor, pondo em  
sional outorgada pelo Estado.<sup>18</sup>  
encadas são suficientes para  
dos docentes e a sua visibilidade  
medidas tendo em consideração a  
las?

interrogados, a intervenção dos  
ção na educação e na organização  
claro: tornar eficiente o sistema  
entares. De um lado, reduzir os  
de outros dispositivos curriculares

duzidas pelo Estado no mandato e licença  
za dos docentes em relação a um conjunto de  
as destacam-se: na obrigatoriedade de haver  
res (que pode variar diariamente) que estão  
razões de diversa natureza não comparecem  
to da Carreira Docente, que cria a categoria  
so à profissão, com a entrada só assegurada  
erior a 14 valores, sem esquecer a definição  
ue limitam a entrada mesmo dos professores  
ue institui a avaliação de desempenho dos  
mplexo que tem por referência a criação de  
entes planos definidos pelas escolas, mas  
e medidas relativos que permitam medir a  
lado os objetivos da avaliação são definidos  
ndizagem, à formação contínua e à relação  
também a assiduidade, o serviço docente  
ação dos docentes na escola, as funções de  
objetos de investigação. A definição oficial do  
ação de um plano de recuperação dos alunos  
ovo desenho da gestão escolar com a criação  
também a participação de autarcas e pais nos  
cluindo as questões de natureza pedagógica,  
do unânime entre os professores.

e, ao mesmo tempo, fornecer tempos de apoio compensatório para os alunos com dificuldades na aprendizagem, sem esquecer o alargamento de formações de carácter profissionalizante, quer no ensino básico, quer no ensino secundário. Do outro lado, orientar as políticas em função das estatísticas – a ditadura do número – e de um acréscimo do trabalho burocrático, obrigando os professores a justificar as razões de um ensino mal sucedido, dos problemas de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, das razões da falta frequente de assiduidade, da identificação de desajustamentos em famílias designadas como “desestruturadas” ou que habitualmente não comparecem na escola a seu pedido.<sup>19</sup>

Assim, os princípios de justiça assentes nos regimes de justificação inspirada – baseadas nos saberes e nos saberes-fazer – são substituídos pelos princípios de justiça que enformam o regime de justificação industrial. Acresce-se a este problema um outro tão decisivo quanto o primeiro. As escolas, ao serem objeto de avaliação recorrente da responsabilidade de entidades externas, tendo por base o cumprimento ou não das prioridades inscritas no seu projeto educativo, de onde avultam as taxas de reprovação, de abandono, os problemas de indisciplina e de falta de assiduidade dos alunos, passam a estar sujeitas ao princípio de concorrência entre si.

Dessa forma, o princípio de justiça mercantil determinado pelos ganhos de oportunidades surge como um outro desafio, com maior incidência nos concelhos com mais população residente, e onde existe mais do que um estabelecimento de ensino secundário territorialmente próximo um do outro.<sup>20</sup>

19. Por outras palavras, estas mudanças legislativas, de carácter normativo, incidem diretamente no mandato e na licença outorgada pelo Estado, e que estão na origem da sua vocação e formação profissional. O afastamento dos azimutes que orientam, desde o início da sua carreira, o exercício do seu ofício, conduz toda a sua atividade laboral para um único fim: tornar eficaz a escolarização e adequar o melhor possível as aprendizagens de acordo com a definição de competências que os alunos têm de demonstrar no final de cada ano, e de cada ciclo de ensino.

20. A publicitação dos resultados dos exames nacionais obtidos pelos alunos nos finais de cada ciclo e, em particular, a criação de *rankings* nacionais dos estabelecimentos de ensino que alcançam uma cotação mais elevada no conjunto dos exames nacionais do 12º ano de escolaridade acentuam ainda mais a determinação dos docentes em treinar quase



Contudo, reconhecem que essa redução<sup>21</sup> empobrece o seu desempenho profissional, uma vez que eles deixam de ter tempo para se dedicar a outros “investimentos de forma” (Thévenot, 1986), como acontece com o trabalho de socialização política. Assim, o princípio de justiça cívico, ausente do seu trabalho, é utilizado como instrumento de arremesso contra as atuais políticas educativas.

A mesma afirmação pode ser feita quando os docentes se referem a uma relativa desvalorização dos saberes, agora substituídos pelo conceito de competência. A qualificação da aprendizagem em torno da definição das competências retira o lugar dos saberes e dos conhecimentos para uma certa periferia naquilo que diz respeito à relação e ao trabalho de qualificação a ser monitorizado por estes profissionais nas suas práticas letivas e nos momentos dedicados à avaliação.

Esta questão se torna ainda mais aguda quando os territórios escolares são habitados por objetos estranhos à “cultura escolar”, mas próximos das “culturas juvenis”. As sociabilidades geradas em torno desses objetos das novas tecnologias conferem força às solidariedades entre pares e à instalação do modelo de *philia* nos territórios escolares.<sup>22</sup>

---

exclusivamente os seus discentes para estas provas, subtraindo do seu mandato e licença outras atividades que antes são consideradas decisivas: a preparação das jovens gerações para enfrentar criticamente os desafios do mundo cada vez mais globalizado.

21. Justificar o seu envolvimento de ação no quadro das *cités* industrial e mercantil.

22. As novas posturas corporais dos alunos, os regimes de ação de envolvimento de proximidade e a adoção de outras formas organizacionais de intervenção cívica confundem os docentes, retirando-lhes um certo espaço de manobra para atuar sob o resguardo quer do princípio de justiça cívico, quer do princípio de justiça industrial. Resta-lhe o regime de envolvimento em plano ou o princípio de justiça associado ao ideal de projeto. Porém, as incertezas quanto ao futuro são potencialidades abertas quanto a acordos possíveis (mesmo que precários e sujeitos a renegociações mais frequentes) e a novas modalidades de representação legítima ou fechamentos a essas eventuais possibilidades sob a capa de modelos tradicionais de representação legítima que têm vindo a sofrer uma dada erosão.

## Novas pistas para uma sociologia das controvérsias escolares com de mobilização dos professores

Chega o momento de retirar algumas das principais teses que são possíveis reações. Estas reflexões tomam como centro os professores operarem os seus julgamentos sobre sua profissão<sup>23</sup> e, dessa forma, traçar críticas. Por sua vez, a produção crítica é importante uma vez que, por seu meio, os professores expressam os seus pontos de vista e as situações que os confrontam com a realidade.

Assim, uma primeira tese a retirar diz respeito às garantias ou as provas que os professores dão de seus envolvimento na ação para a melhoria das grandes profissões num sentido que responde às críticas endereçadas coletivamente considerados. Essas justificativas ligadas a princípios morais ou virtuais de onde partem as referências que interagem com os docentes em situações de ocorrências ou de problemas que são polêmicas.

Este “jogo” justificativo tem no centro de uma pluralidade de argumentos, uma vez que as polêmicas e controvérsias estabelecem uma relação direta com a educação e os bens inscritos em esferas de distribuição.

---

23. Na verdade, os docentes, ao operarem os seus julgamentos sobretudo sobre o seu desempenho profissional, estabelecem o confronto entre os seus “investimentos de forma” realizados por distintos coletivos, os órgãos de comunicação, as elites políticas e os pares e os alunos, que têm como propósito a melhoria dos profissionais de ensino.



ção<sup>21</sup> empobrece o seu  
es deixam de ter tempo  
orma” (Thévenot, 1986),  
zação política. Assim, o  
trabalho, é utilizado como  
políticas educativas.

do os docentes se referem  
agora substituídos pelo  
a aprendizagem em torno  
lugar dos saberes e dos  
aquilo que diz respeito à  
r monitorizado por estes  
os momentos dedicados

da quando os territórios  
nhos à “cultura escolar”,  
s sociabilidades geradas  
logias conferem força às  
do modelo de philia nos

traindo do seu mandato e licença  
a preparação das jovens gerações  
vez mais globalizado.

is *cités* industrial e mercantil.  
nes de ação de envolvimento de  
s de intervenção cívica confundem  
a para atuar sob o resguardo quer  
a industrial. Resta-lhe o regime de  
ziado ao ideal de projeto. Porém,  
bertas quanto a acordos possíveis  
requentes) e a novas modalidades  
tuais possibilidades sob a capa de  
n vindo a sofrer uma dada erosão.

### Novas pistas para uma sociologia da escola: as controvérsias escolares como garantias de mobilização dos professores

Chega o momento de retirar algumas breves conclusões das principais teses que são possíveis retirar deste percurso analítico. Estas reflexões tomam como centro de interesse os modos de os professores operarem os seus julgamentos sobre as qualidades da sua profissão<sup>23</sup> e, dessa forma, trazerem ou não a público as suas críticas. Por sua vez, a produção destas críticas é um instrumento importante uma vez que, por seu intermédio, estes protagonistas expressam os seus pontos de vista fundamentados sobre questões e situações que os confrontam como profissionais.

Assim, uma primeira tese a retirar destes dois estudos se prende com as garantias ou as provas que os docentes mobilizam nos seus envolvimento na ação para reafirmar as economias das suas grandezas profissionais num sentido plural, mas também para responder às críticas endereçadas por diversos atores individual e coletivamente considerados. Essas respostas se reportam também a justificações ligadas a princípios reconhecidos nas situações reais ou virtuais de onde partem as referidas críticas, endereçadas pelos atores que interagem com os docentes em virtude do conhecimento de ocorrências ou de problemas que estão a gerar controvérsias ou polémicas.

Este “jogo” justificativo tem no caso dos professores a junção de uma pluralidade de argumentos em subida em generalidade, uma vez que as polémicas e controvérsias suscitadas apresentam uma relação direta com a educação e a instrução, concebidas como bens inscritos em esferas de distribuição da justiça, mas também

23. Na verdade, os docentes, ao operarem os seus julgamentos sobre a profissão, incidem sobretudo sobre o seu desempenho profissional em distintos cenários, tendo em conta o confronto entre os seus “investimentos de forma” (Thévenot, 1986) e os mesmos investimentos realizados por distintos coletivos, em particular o Estado, as famílias, os órgãos de comunicação, as elites políticas e técnicas, as instituições religiosas, os seus pares e os alunos, que têm como propósito avaliar o seu estado de grandeza como profissionais de ensino.



concebidos como bens em si (Resende, 2007). Encaradas desse modo quer pelos docentes, quer por quem critica seus modos de estar na profissão, os julgamentos de uns e de outros só são válidos se os princípios convocados se ligam à força de argumentos de subida em generalidade, e herdados de fundos culturais comuns produzidos pela filosofia política e que entram nos entendimentos de todos pela força do direito ou de outros normativos difundidos por diversas doutrinas ou ideologias.

Porém, estas duas atividades, apesar de complementares, na escola apresentam especificidades nos “investimentos de forma” (Thévenot, 1986) realizados e que visam a qualificação dos seres mais novos. As suas singularidades ainda se distinguem mais se compararmos os entendimentos que são avançados pelas classes dirigentes que atuam num regime ditatorial – como é o caso do Estado Novo – ou num regime democrático. E mesmo num regime de democracia representativa os julgamentos e justificações das elites políticas e técnicas sobre estas duas formas de qualificação escolar também variam de acordo com as doutrinas e ideologias defendidas.

O caráter restrito ou aberto de acesso ao espaço público é outra dessas singularidades. E esta é a nossa segunda tese. No caso do Estado Novo, as críticas escolares que põem em causa o regime político não assumem qualquer visibilidade pública.<sup>24</sup> Outros pontos de vista críticos assumem uma certa publicitação através das vozes que os explicitam na Assembleia Nacional ou na Câmara Corporativa, mas também em órgãos de comunicação social, ou ainda na revista *Labor*. Nos últimos anos desse regime político, as críticas do movimento dos *grupos de estudo* são publicitadas por alguns jornais nacionais. O mesmo não acontece quando da refundação da democracia política em abril de 1974. A visibilidade da crítica é uma variável constante, e é no espaço público que os docentes manifestam todo tipo de descontentamento.<sup>25</sup>

24. Estas são produzidas em contextos privados, nos círculos de pessoas da confiança dos docentes críticos. As outras, menos agrestes, são publicadas, mas circulam apenas nas escolas, não encontrando, muitas delas, eco na imprensa escrita e na televisão.

25. É preciso não esquecer que os *media* publicitam em democracia quer essas posturas

Apesar das singularidades políticas distinguem a educação e a instrução na nossa terceira tese.

Por um lado, a educação visa qualificar a vista da civilidade – exercitando os conteúdos compreendam e consintam na aplicação das regras adotadas por regulamentos definidos do ponto de vista cívico, dotando-os de regras (determinadas constitucionalmente por leis políticas e religiosas concorrentes) que os estudantes estiverem preparados para se ligar e cumprir a dupla qualificação realiza-se durante a vida para agir em público quando estes atingirem a idade. Até lá encontram-se sob a proteção do Estado. O apoio é dado pelos adultos, na figura dos pais.

Por outro lado, a instrução propõe a aquisição de conhecimentos e habilidades via dos saberes ou dos conhecimentos incorporadas no cardápio curricular que se vai ao longo da história da “forma escolar” (Resende, 1994). Neste domínio, o trabalho de qualificação pela adoção de modelos de relação e de trabalho adotados consoante as políticas educativas e que são sustentadas por princípios que se vão mudando ao longo do tempo que percola nas sociedades modernas.

Contudo, tanto o primeiro tipo de qualificação se sobrepõe com outro modelo de qualificação pública adotado pelos alunos. Segundo os alunos os seus grupos de pares. E esse fechamento é contrário do ponto de vista discente, que se interessam pela vida pública.

Esta é uma nova tensão experimentalmente verificada na educação secundária portuguesa, uma vez que

críticas, quer os argumentos avançados nas suas justificações em regimes ditatoriais.

Apesar das singularidades políticas e ideológicas, então o que distinguem a educação e a instrução como bens comuns? Esta é a nossa terceira tese.

Por um lado, a educação visa qualificar os alunos, quer do ponto de vista da civilidade – exercitando os corpos e as mentes para que estes compreendam e consintam na aplicação de regras de comportamentos adotadas por regulamentos definidos central ou localmente –, quer do ponto de vista cívico, dotando-os de referências normativas e políticas (determinadas constitucionalmente pelo direito e pelas doutrinas políticas e religiosas concorrentes) que estes podem perfilhar quando estiverem preparados para se ligar e confrontar o mundo. Ora, esta dupla qualificação realiza-se durante a ação histórica da preparação para agir em público quando estes atingirem a idade de maturidade. Até lá encontram-se sob a proteção do mundo, e é na escola que este apoio é dado pelos adultos, na figura dos professores.

Por outro lado, a instrução propõe-se a qualificar os alunos por via dos saberes ou dos conhecimentos inscritos nas disciplinas incorporadas no cardápio curricular que o Estado define e reconfigura ao longo da história da “forma escolar moderna” (Vincent et al., 1994). Neste domínio, o trabalho de qualificação dos docentes passa pela adoção de modelos de relação e de trabalho pedagógico que são adotados consoante as políticas educativas definidas historicamente e que são sustentadas por princípios que se vão alterando com o tempo que percola nas sociedades modernas.

Contudo, tanto o primeiro tipo de qualificação como o segundo esbarram com outro modelo de qualificação para a intervenção pública adotado pelos alunos. Segundo os docentes, estes fecham-se nos seus grupos de pares. E esse fechamento, para os professores, ao contrário do ponto de vista discente, faz com que os alunos não se interessem pela vida pública.

Esta é uma nova tensão experimentada atualmente na escola secundária portuguesa, uma vez que os alunos consideram a

---

críticas, quer os argumentos avançados nas suas justificações. O mesmo já não acontece nos regimes ditatoriais.



philia (amizade) como um meio de intervir no espaço político. Para os docentes, a experiência da amizade é ainda um sinal de prolongamento da adolescência, e não um indicador da maturidade cívica necessária para a intervenção autônoma e crítica na vida pública.

Nesse sentido, os fundamentos justificativos de caráter plural avançados pelos docentes quando estes se pronunciam sobre estes bens, mas também quando discorrem sobre os exercícios que desenvolvem para qualificar os alunos como públicos, são também dispositivos importantes que os ajudam a esclarecer os seus pontos de vista críticos que são envolvidos em querelas e controvérsias ligadas aos mundos da escola. E são, por isso, motivos decisivos que os levam a cooperar ações entre si e a se manifestar ou não na arena pública, quer individual, quer coletivamente.

### Referências bibliográficas

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991 [1987].
- \_\_\_\_\_; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- CEFAI, Daniel; PASQUIER, Dominique. Introduction. In: *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- DODIER, Nicolas. Agir dans l'histoire: réflexions issues d'une recherche sur le Sida. In: LABORIER, Pascale; TROM, Danny (direc.). *Historicités de l'action publique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- FERRÃO, João. Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81). *Análise Social*, n. 87-88-89, 1985, p. 565-604.
- GRÁCIO, Sérgio. *Política educativa como tecnologia social: as reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- \_\_\_\_\_. Uma interpretação da política de ensino na I República” *Forum Sociológico*, n. 2, 1993, p. 77-91.

- HONNETH, Axel. *La société du critique*. Paris: La Découverte
- MARAVALL, José María. *La s*  
Siglo XXI, 1972.
- MÓNICA, M. Filomena. *Educa*  
Salazar. Lisboa: Presença/Ge  
1978.
- QUÉRÉ, Louis. Le public con  
d'expérience. In: CEFAÍ, D  
(direc.). *Les sens du publi*  
médiatiques. Paris: Presses U
- RESENDE, José Manuel. *O eng*  
os professores do ensino secu  
Lisboa: Fundação Para a Ciênci  
Gulbenkian, 2003.
- \_\_\_\_\_. Por uma sociologia poli  
políticas educativas em Portug  
Maria Manuel (org.). *Escola, jé*  
p. 231-266.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade contra a esco*  
num contexto de incerteza. Lis
- RICOEUR, Paul. *Soi-même comm*
- SEIXAS, Ana Maria. Aprender a  
no ensino secundário em Portu  
*Sociais*, n. 72, 2005, p. 187-20
- TAYLOR, Charles. *Le malaise de*  
du Cerf, 2005 [1991].
- THÉVENOT, Laurent. Les in  
*Conventions économiques*. P  
France, 1986, p. 21-71.
- \_\_\_\_\_. *L'action au pluriel: sociolo*  
Paris: La Découverte, 2006.
- TROM, Danny. *La promesse et l'ol*  
juif. Paris: Les Éditions du Cerf
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernar

- HONNETH, Axel. *La société du mépris: vers une nouvelle théorie critique*. Paris: La Découverte/Poche, 2008.
- MARAVALL, José María. *La sociología de lo posible*. Madrid: Siglo XXI, 1972.
- MÓNICA, M. Filomena. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.
- QUÉRÉ, Louis. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CEFAÍ, Daniel; PASQUIER, Dominique (direc.). *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- RESENDE, José Manuel. *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- \_\_\_\_\_. Por uma sociologia política da educação: o xadrez das políticas educativas em Portugal no Estado Novo In: VIEIRA, Maria Manuel (org.). *Escola, jovens e media*. Lisboa: ICS, 2007, p. 231-266.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Piaget, 2009.
- RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.
- SEIXAS, Ana Maria. Aprender a democracia: jovens e protesto no ensino secundário em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, 2005, p. 187-209
- TAYLOR, Charles. *Le malaise de la modernité*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2005 [1991].
- THÉVENOT, Laurent. Les investissements de formes. In: *Conventions économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986, p. 21-71.
- \_\_\_\_\_. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.
- TROM. Danny. *La promesse et l'obstacle: la gauche et le problème juif*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2007.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sur l'histoire



et la théorie de la forme scolaire. In: VICENT, Guy Vincent. *L'éducation prisonnière de la forme scolaire?* Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994, p. 11-48.

WAGNER, Peter. *Liberté et discipline: les deux crises de la modernité.* Paris: Métailié, 1996.

## De práticas de i de provas: fazem na polícia da pr

La

“Que chegou à e  
plantão disse qu  
Observo que a com  
falavam ao telefo

(depoimento d

(depo

“Que Sánchez disse ‘o  
atirou em quem  
respondeu” (depoimen

“Que lhe deu a sens  
paralisado p  
dire

### Introdução

No dia 10 de janeiro de 200  
Departamento de Homicídios  
de Buenos Aires, na Argenti  
policial com caráter urgente  
causa de um disparo de arn

1. Trabalho apresentado originalmen  
institucional de conflitos, em perspect  
Lima, Sofia Tiscornia e Carla Villalta, pe
2. Doutora em Antropologia PPGA/UF
3. A sigla refere-se, no inglês, a “no  
identificados.